

Participação política na Primeira República: uma análise comparativa dos textos de José Murilo de Carvalho e Maria Tereza Chaves de Mello

Political participation in the First Republic: a comparative analysis the texts of José Murilo de Carvalho and Maria Tereza Chaves de Mello

Gabriel Moreira Medeiros Laureano.

Resumo

Em 1889, houve a transição do regime monárquico para o republicano, em nosso país. Os ideais republicanos ganharam fôlego com a publicação do Manifesto Republicano em 1870, com a posterior fundação do Partido Republicano, em 1871. A partir daí os envolvidos neste mesmo partido começaram a disseminar e defender suas ideias por meio, principalmente, da imprensa. Qual terá sido o alcance dessa defesa? Será que todos de fato associaram a república ao progresso? Será que o povo participou e apoiou, o golpe de 1889? Este artigo se propõe a tratar exatamente desse aspecto, ou seja, da participação, ou não, do povo nesse processo de transição para o regime republicano, e, também, como de se deu a relação deste mesmo povo com o novo governo, em seus primeiros anos.

Palavras-chave: Participação Política. Primeira República. Transição.

Como citar esse artigo. Laureano GMM. Participação política na Primeira República: uma análise comparativa dos textos de José Murilo de Carvalho e Maria Tereza Chaves de Mello. Revista Mosaico. 2013 Jul./Dez.; 04 (2): 45-48.

Abstract

In 1889, there was the transition from monarchy to republican in our country. The republican ideals have picked up with the publication of the Republican Manifesto in 1870, with the subsequent founding of the Republican Party in 1871. Since then involved in this same party began to spread and defend their ideas through, especially the press. What have been the extent of that defense? Does everyone really associated the republic to progress? Did the people participated and supported the 1889 coup? This article aims to address precisely this aspect, namely, participation, or not, the people in this process of transition to the republican regime, but also to give the relationship of the same people with the new government, in its early years.

Keywords: Political Participation. Frist Republic. Transition.

Introdução

Buscaremos compreender a questão da participação popular no momento da transição do regime monárquico para o republicano em 1889, por meio da análise comparativa entre dois artigos: “A modernidade republicana” de Maria Tereza Chaves de Mello; e “Os três povos da República”, de José Murilo de Carvalho;

Desenvolvimento

No primeiro artigo, Maria Tereza tem como objetivo abordar a difusão de valores democráticos e de modernização no final do século XIX, que colaboraram para a instalação da República. Segundo ela, nos vários jornais e fontes impressas do momento, o próprio termo República, passou a ser associado à ideia de modernização, de avanço, progresso, enquanto a Monarquia, cada vez mais impopular, era associada aos privilégios, à teologia – ligação com a Igreja – e

ao atraso. Às vésperas do golpe, o Império encontrava-se cercado de pequenas Repúblicas, e segundo a historiadora, que já davam largos passos, pois tinham maior adesão às ideias avançadas. Sem contar que nesses países havia a separação entre a Igreja e o Estado e a permissão do divórcio. Enquanto no Império era quase impossível se operar qualquer mudança, principalmente devido a lentidão da burocracia e dos procedimentos. E apesar de estar em um período de paz, esta paz era mais interpretada como um momento de estagnação. Rompendo esta estagnação, estava a geração do momento, completamente engajada com a política e a situação de seu país. Imbuídos por novas ideias, como o Positivismo – que imputava à humanidade um sentido sempre rumo ao progresso, superando as adversidades, os atrasos, e dentre estes a Religião e a Monarquia – encontraram incentivo para a defesa de um novo regime, que superaria estes elementos que não são benéficos para a modernização, para a evolução. A autora aponta a imprensa como grande difusora dessas ideias e como elemento de politização, um subsídio

para a participação política e também um indicador de tal participação, vejamos:

A nova cultura chegou a um público mais amplo através da imprensa, das conferências públicas e da literatura; foi visualizada nas imagens das revistas ilustradas e nos prêmios carnavalescos; ganhou o auditório das ruas e dos cafés. Por esses canais se foi operando o desmonte da cultura imperial. No artigo intitulado “Páginas Cor de Rosa”, saído após a Proclamação da República, explicou assim a *Revista Ilustrada* a vitória republicana: “Obscuramente, todos nós tínhamos, dia a dia, lavrado o seio fecundo da terra da América, com o arado do pensamento (...)”. Foi esse o sentido da resposta do deputado republicano Saldanha Marinho para aquietar a platéia que se assustara com o emprego em seu discurso do termo “revolução”: “Não se trata da revolução da espingarda (risos); antes dela virá a revolução das idéias”.¹

Assim, a autora, com base no aporte teórico Gramsciano – que supõe exatamente uma revolução pelas ideias e não pelas armas - mostra como a imprensa atuou no desmonte da cultura imperial e preparou o terreno para a República. Juntamente com a imprensa, a literatura e o teatro também tiveram papéis importantes. Por fim, para além de jornais, peças teatrais e poesias, a autora aborda o conceito mais importante em seu trabalho e vital para a consolidação do ideal republicano, que é identificar a Rua do Ouvidor como o centro pulsante da Corte, um espaço onde aconteciam e de onde emanavam as discussões políticas. Um espaço, segundo ela, de representação popular, em que a maioria dos que circulavam por ali eram republicanos ou tinham certa afinidade com esta forma de governo.

Por outro lado, José Murilo de Carvalho, em seu artigo “Os três povos da República”, busca categorizar a participação popular no primeiro momento da República, onde houve grande distanciamento da democracia. O historiador, assim como Maria Thereza, aponta a participação de profissionais liberais, fazendeiros, advogados, estudantes e a mocidade do exército, mas ao contrário dela – que defende a participação de todo o povo fluminense, se considerarmos as discussões políticas na Corte –, restringe a atuação dentro da esfera política à este grupo de intelectuais (entendido como estudiosos). Pois houve a participação popular, mas aconteceu às margens desta esfera política oficial, digamos assim. Aconteceu por meio das várias revoltas do período, e não podia ter sido diferente, pois a chamada Primeira República é caracterizada exatamente por uma política de governo que supõe a gestão por cima das multidões, que supõe o alijamento da participação popular. Ora, tendo em vista a chamada Política dos Governadores de Campos Sales, como pode se afirmar a participação direta do povo na política?

Quanto a divisão dos povos, temos: povo das estatísticas, ou seja, aqueles revelados pelos censos. Em um destes censos visando quantificar o povo político, o francês Couty em 1881, chegou a conclusão de que o Brasil não tinha povo, ou seja, não haviam grupos organizados capazes de dar o devido direcionamento ao governo. Vale ressaltar também que a demografia era muito importante, pois determinava o número de deputados por bancada. O outro grupo é o povo das eleições, constituído por uma pequena parcela da população, não apenas devido à questão da alfabetização, mas também ao medo de sair nas ruas em dias de eleições devido a violência generalizada. Além disso, é importante destacar, que a exigência da alfabetização não impedia que os analfabetos fossem manipulados pelos coronéis e envolvidos nas fraudes eleitorais da Primeira República. E por fim, temos o povo da rua, ou seja, o povo que não participa da política politicamente, mas à sua margem. Segundo José Murilo, este povo tinha suas raízes no Período Regencial, quando inúmeras revoltas abalaram o Império, e mesmo que não tivessem causado uma reação imediata no governo, denunciavam e apontavam suas falhas e fissuras. Só que à época da República, essas revoltas não se inseriam mais nas brechas de conflitos da elite como na Regência, mas eram movimentos defensivos contra determinadas ações do estado, como a Revolta da Vacina, por exemplo, que até contou com a participação de outros setores, como antigos florianistas e jacobinos. Além disso, tiveram papel importante também as greves, que era de fato pequena “mas salientou-se pela agressividade, sobretudo na cidade de São Paulo e na capital federal.”²

A atuação do povo por meio das revoltas se dava principalmente devido ao descontentamento deste com a República, pois ao contrário do que diz a historiadora Maria Thereza, a Monarquia não estava impopular, não entre o povo. Era impopular entre os advogados, estudantes, jovens militares e demais envolvidos com o Partido Republicano, mas não entre o povo. Pois no ano do golpe, em 1889, devido a Abolição o povo estava contente com a monarquia e exaltavam a figura da Princesa e do Imperador, especialmente os ex-escravos. Assim, o República se instalou no momento de maior popularidade da Monarquia entre o povo, e, por isso mesmo, este demonstrou sua decisão – por mais que visassem melhorias – de grande resistência. Em seu livro “Os bestializados”, José Murilo resume em um breve trecho este ponto da participação popular.

No entanto, havia no Rio de Janeiro um vasto mundo de participação popular. Só que este mundo passava ao largo do mundo oficial da política. A cidade não era uma comunidade no sentido político, não havia o sentimento de pertencer a uma entidade coletiva. A participação que existia era de natureza fragmentada.³

1 MELLO, Maria Thereza Chaves de. A modernidade republicana. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013400002.p.20>

2 CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. Revista USP, São Paulo, n.59, p. 96-115, novembro de 2003. Disponível em: www.usp.br/revistausp/59/09-josemurilo.pdf.p.108

3 CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São

Em suma, José Murilo limita a participação popular tão ampliada por Maria Thereza, por meio desta categorização do povo por ele estruturada. Ele defende que a partir da década de 1860, iniciou-se um período de grande efervescência na política do Império, com publicações de muitos textos pensando e discutindo o governo, mas esta esfera política estava restrita ao grupo nela diretamente envolvido, os políticos e aqueles intelectuais que discutiam suas ideias na Rua do Ouvidor. E neste mesmo sentido, a ideia de um regime republicano não era completamente popular entre todos, nem muito menos associada à ideia de modernização e progresso à brasileira, como defende Maria Thereza, pois a agenda republicana marcou na verdade um retrocesso conservador e ortodoxo se comparada às propostas dos liberais. Na agenda republicana, por exemplo, não constava a defesa da abolição, isso tratou-se de uma jogada política, afinal os membros do partido visavam conseguir apoio dos proprietários de terra.

A passagem do radicalismo para o republicanismismo parecia um passo lógico na nota de radicalização. No entanto, ela de fato constituiu um retrocesso no que se refere à variedade e profundidade das reformas propostas por liberais e radicais. A grande lista de reformas do sistema eleitoral, da polícia, da magistratura, da Guarda Nacional, desapareceu na agenda republicana, engolida pela mudança de sistema. Sobretudo, desapareceu o tema da escravidão. Preocupado em evitar a rejeição dos proprietários de escravos e incapaz de chegar a um acordo interno, o novo partido optou por não se posicionar abertamente diante da questão já enfrentada por liberais e radicais.⁴

Assim, além de temerem a perda de apoio político por parte dos cafeicultores paulistas, também temiam envolver-se em temas tão polêmicos que já vinham sendo discutidos amplamente, principalmente o assunto da escravidão, que já vinha sendo tratado de 1831, com a primeira proibição do tráfico por conta da independência, e foi intensificada a partir da Fala do Trono de 1867 que culminou com a Lei do Ventre Livre em 1871 Quanto as questões envolvendo reformas eleitorais e na estrutura administrativa e jurídica, o período da Regência foi um momento onde tais questões foram discutidas. Estavam ligadas também ao encaminhamento, ora liberal ora conservador, tomado pelo governo. Assim, podemos dizer que a base da agenda política republicana “embora fosse a mais radical do Segundo Reinado, era ainda tímida em relação à agenda da década de 30”.⁵

Conclusão

Concluindo, a historiadora Maria Thereza Chaves de Mello apresenta um conceito muito interessante de

Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 38.

4 Cf. CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismismo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Pereira das (organizadores). Repensando o Brasil dos oitocentos: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.41

5 Idem. p. 42.

espaço público quando se refere à Rua do Ouvidor, vejamos.

A difusão da nova cultura ficou por conta da centralidade da Cortina vida do país. E a vida da Corte pulsava na apertada rua do Ouvidor (e redondezas), onde se concentravam as redações dos jornais, as editoras, as livrarias, os grandes magazines, o comércio e mais os cafés e confeitarias, os hotéis e os teatros. Ao mesmo tempo mundana e intelectual, a rua do Ouvidor era o palco dos grandes acontecimentos nacionais e a passarela dasociedade fluminense, a “grande artéria da civilização do Brasil”.⁶

Mas, ao ampliar sobre toda a população o nível de participação, por meio de canais como a imprensa - conforme vimos anteriormente que ajudou a conseguir mais adeptos aos ideais republicanos – e a própria Rua do Ouvidor, onde segundo a historiadora: “o povo fluminense não só a desfrutava como fazia dela o espaço público por excelência onde ia depositar suas reivindicaçõese queixumes”.⁷Entretanto, acreditamos ter sido o envolvimento com os ideais republicanos – e o desejo de progresso vivenciado pelo cientificismo do século XIX – mais restritoaos intelectuais envolvidos. Desse modo, expandir ao povo e a atribuir à eles um papel importante na transição entre os regimes, torna inconsistente sua ideia devido a essa generalização. Concordamos com a argumentação de José Murilo de Carvalho, que defende uma participação limitada do povo, pois nos parece mais adequada ao analisarmos a transição e o momento da Primeira República. Afinal o povo não participava ampla e diretamente, mas participava de outros modos, principalmente atuando à margem da oficialidade, por meio das revoltas. O que é contraditório se considerarmos toda a carga de progresso, democracia, e liberdade que foi associada a República nos anos às vésperas do golpe, como nos mostra o artigo de Maria Thereza Chaves de Mello. Não houve uma *res publica*: coisa pública, governo do povo, pois “o Brasil criou uma originalidade histórica: uma República sem povo.”⁸

Bibliografia

CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. Revista USP, São Paulo, n.59, p. 96-115, novembro de 2003. Disponível em: www.usp.br/revistausp/59/09-josemurilo.pdf.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismismo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Pereira das (organizadores). Repensando o Brasil dos oitocentos: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. A monarquia brasileira. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

MELLO, Maria Thereza Chaves de. A modernidade republicana. Disponível

6 MELLO, Maria Thereza Chaves de. A modernidade republicana. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013400002>. p.24

7 Idem. p. 25.

8 CARVALHO, José Murilo de. A monarquia brasileira. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993 p. 60.

em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013400002>.